



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
ESTADO DO PARANÁ

Ofício CJR nº 90/2022

Campo Largo, 19 de outubro de 2022.

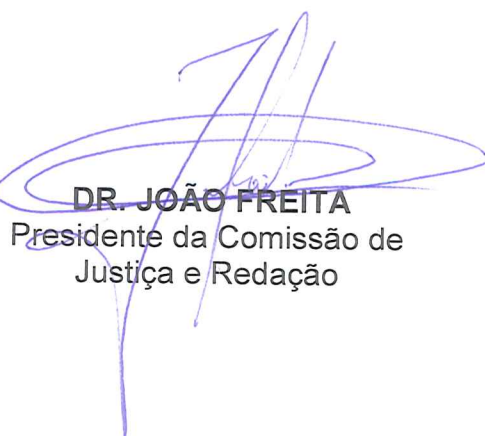
Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Nos termos do art. 140, §3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conjugado com o art. 35, inciso II da Lei Orgânica do Município, pelo presente encaminhamos a Vossa Excelência a Indicação Legislativa nº 94/2022, cuja Ementa "ASSEGURA O CADASTRAMENTO DE MÉDICOS VOLUNTÁRIOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO."

A matéria tratada na proposição, cuja iniciativa é da competência do Senhor Prefeito Municipal conforme prevê o art. 67, III e IV da Lei Orgânica do Município foi apresentada na forma de Indicação de Projeto de Lei, tendo opinado as Comissões competentes pela sua recepção e consequente remessa a este Poder Executivo para análise de sua viabilidade.

Aproveito o ensejo para renovar votos de estima e apreço.

Cordialmente,



**DR. JOÃO FREITA**  
Presidente da Comissão de  
Justiça e Redação

Excelentíssimo Senhor  
**MAURÍCIO RIVABEM**  
Prefeitura Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**Indicação de Projeto de Lei Nº.....94...../2022**

*SÚMULA: "Assegura o cadastramento de médicos voluntários no âmbito do município de Campo Largo e dá outras providências".*

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei assegura o cadastro de médicos para atuarem de forma voluntária no município de Campo Largo.

Art. 2º O cadastro de médicos voluntários tem como objetivo a formação e consulta a bancos de dados com informações de profissionais devidamente inscritos no Conselho Regional de Medicina – CRM, dispostos a atender de forma voluntária e gratuita a população com consultas, exames e outros atos médicos.

Parágrafo único. O cadastramento previsto no caput deste artigo será realizado pela Prefeitura de Campo Largo por meio de sua Secretaria competente, a ser regulamentado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Os pacientes atendidos pelos médicos voluntários terão o direito de continuidade ao seu tratamento na rede pública de saúde.

Parágrafo único. Entende-se por continuidade do tratamento a realização de consultas e exames complementares, o fornecimento de medicamentos e outros encaminhamentos que se fizerem necessários.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Art. 4º No caso dos atendimentos voluntários, os médicos deverão identificar no receituário ou pedido de exame que o atendimento fez parte do programa “Médico Voluntário”.

Art. 5º O dia, local e horário do atendimento será definido pelo médico voluntário.

Art. 6º Os receituários e os pedidos de exames serão acompanhados do CID (Classificação Internacional de Doenças) e da hipótese de diagnóstico.

Parágrafo único. A Prefeitura poderá editar decretos de regulamentação para análise dos pedidos de medicamentos e exames e realizar auditorias.

Art. 7º O cadastro do médico voluntário será feito por iniciativa do profissional interessado, enviando à Prefeitura de Campo Largo a solicitação física ou eletrônica para o cadastramento.

Parágrafo único. O cadastro deverá vir acompanhado de documentos pessoais, certificados de formação, modelo de receituário e modelo de pedido de exame, sem prejuízo de padronização pela Prefeitura de Campo Largo em regulamento próprio.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 9º As despesas decorrentes com a presente Lei decorrerão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**



Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campo Largo, 10 de outubro de 2022.

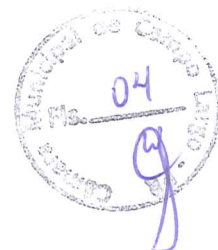


**Dr. João Freitas**  
Vereador





**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**



**JUSTIFICATIVA**

A presente propositura tem como objetivo assegurar, no âmbito do município de Campo Largo, o cadastro de médicos que queiram atuar de forma voluntária em benefício da população.

O proponente é médico e atua em clínica particular, mas também realizada atendimentos de forma gratuita e voluntária a munícipes sem condições financeiras de ter um plano de saúde ou de pagar uma consulta particular e que encontram dificuldades em obter atendimento na rede pública de saúde.

Esse Projeto de Lei visa garantir a continuidade ao tratamento dos pacientes que diversos médicos atendem de forma voluntária.

Nesse sentido, o atendimento médico voluntário contribui primeiramente com os pacientes e depois com o Sistema Único de Saúde, pois com o atendimento o paciente deixa a fila do SUS.

O projeto autoriza também a Prefeitura a regulamentar por decreto e criar uma auditoria nos pedidos de medicamentos e exames.

Por esses motivos apresentados, peço aos nobres pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

  
**Dr. João Freita**  
Vereador